

**ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE
RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores(as) e Conselheiros(as) da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



ÊNFASE

Convênio celebrado com o Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Saúde

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa 24 às demonstrações contábeis, que menciona que a Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA celebrou o Convênio 558/2010 com o Estado de Minas Gerais por meio da SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, cujo objeto é a transferência de recursos públicos da Administração Pública Estadual para Construção da nova Casa de Apoio da Entidade. O valor do referido Convênio perfaz o montante de R\$ 2.000.000.

A prestação de contas do Convênio foi realizada no exercício de 2016 e está sob análise da SEDESE. A administração entende que foram atendidos os requisitos para aquisição das compras para a obra, conforme contrato celebrado, entretanto não é possível quantificar o montante que porventura venha a ser questionado e conseqüentemente requerida a devolução de recursos.

A solução desta questão está na dependência da análise da Prestação de Contas pela SEDESE. A administração afirma não ter ciência do resultado desta análise até a data de emissão deste relatório.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório emitido em 03 de março de 2017, continha ênfase relacionado ao mesmo assunto citado no parágrafo anterior.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Contagem, 14 de março de 2018

Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
OMNO Auditores Independentes
CRC MG 008645/O

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

	Nota		Nota	
	Explicativa	31/12/2017	Explicativa	31/12/2016
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	4	285.027	460.487	
Adiantamentos	5	48.159	282.425	
Tributos a recuperar/compensar	6	8.872	5.710	
Depósitos judiciais	7	8.960	-	
Total do ativo circulante		351.018	748.622	
NÃO CIRCULANTE				
Propriedades para investimento	8	6.310.000	6.310.000	
Imobilizado	9	5.277.663	4.452.591	
Total do ativo não circulante		11.587.663	10.762.591	
TOTAL DO ATIVO		11.938.681	11.511.213	
PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL				
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	135.046	29.043	
Salários e encargos sociais	12	361.935	251.748	
Impostos a recolher	13	18.859	15.022	
Parcelamentos	14	32.753	35.031	
Outras contas a pagar	15	67.042	9.736	
Total do passivo circulante		615.635	340.580	
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos com pessoas ligadas	11	1.571.360	1.632.672	
Parcelamentos	14	162.519	195.272	
Outras contas a pagar	15	-	52.174	
Total do passivo não circulante		1.733.879	1.880.118	
PATRIMONIO SOCIAL				
Patrimônio social	16.a	6.030.515	5.377.376	
Ajuste de Avaliações Patrimoniais	16.b	3.260.000	3.260.000	
Superávit (déficit) acumulado		298.652	653.139	
Total do patrimônio social		9.589.167	9.290.515	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL		11.938.681	11.511.213	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	3.339.480	3.195.832
CUSTOS DA OPERAÇÃO	18	<u>(1.760.367)</u>	<u>(1.368.812)</u>
SUPERÁVIT BRUTO		1.579.113	1.827.020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(903.815)	(824.200)
Outras receitas (despesas) operacionais		(279.087)	(39.937)
Receitas Financeiras		28.075	20.187
Despesas Financeiras		<u>(125.634)</u>	<u>(329.931)</u>
		<u>(1.280.461)</u>	<u>(1.173.881)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>298.652</u>	<u>653.139</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

	Ajustes de avaliações		Superávit acumulado		Total	
	Patrimônio social	patrimoniais	Superávit	acumulado	Superávit	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	4.638.645	3.260.000	-	-	-	7.898.645
Redução do patrimônio social	-	-	-	-	-	-
Superávit do exercício	738.731	-	-	653.139	1.391.870	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	5.377.376	3.260.000	-	653.139	-	9.290.515
Aumento do patrimônio social	653.139	-	-	(653.139)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	298.652	298.652	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.030.515	3.260.000	-	298.652	-	9.589.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	298.652	653.139
Depreciação e amortização	232.634	30.980
Provisão de juros sobre empréstimos	103.691	131.339
Provisão de Devolução de Convênio	-	52.174
Resultado ajustado	634.977	867.632
Varição nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	234.265	84.016
Tributos a recuperar	(3.162)	22.123
Outros créditos	(8.960)	-
Fornecedores	106.002	(32.119)
Impostos a recolher	3.837	2.035
Salários e obrigações sociais	110.187	(123.729)
Parcelamentos	(35.031)	41.448
Outras contas a pagar	5.131	(84.000)
	412.269	(90.226)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.047.246	777.406
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de ativos imobilizados	(1.068.479)	(530.036)
Adições de propriedade para investimento	-	-
Baixa de ativos imobilizado	10.773	8.560
Baixa de propriedade para investimento	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.057.706)	(521.476)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagto empréstimos com pessoas ligadas	(165.000)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(165.000)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(175.460)	255.930
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	460.487	204.557
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	285.027	460.487
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	(175.460)	255.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Associação”) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada no ano de 1998 e qualificada como entidade com título de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal. A Associação possui registro e certificado de entidade beneficente de assistência social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A Associação tem como objetivo global a assistência na recuperação e apoio a crianças e adolescentes portadores de câncer e seus familiares. Na realização de seus projetos mantém parcerias com governos municipais, empresas privadas e com a sociedade civil organizada.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade ITG 2002/2012 – entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e alterações posteriores do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo no que aplicável às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

2.2 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional definida pela administração da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas na casa dos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 09 de março de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

b. Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados aos valores de custo ou realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização e são mensuradas ao valor justo. O valor justo da propriedade para investimento, é apurado por meio de Laudo de Avaliação por perito independente, com base nas avaliações de mercado.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

e. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

f. Provisões

Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

h. Resultado

As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Entidade, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras, são incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções a fim de determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível, bem como a determinação de provisão para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	12.303	3.661
Bancos	599	1.062
Cheques a compensar	-	3.534
Aplicações financeiras (a) \ (b)	272.125	452.230
	<u>285.027</u>	<u>460.487</u>

- a) As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate.
- b) Do total do saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 57.432 refere-se aos saldos remanescentes de recursos disponibilizado pelo Estado por meio dos convênios “Suporte Educacional- Escola” e “Transportando Vidas”

5. ADIANTAMENTOS

A posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2017 estava assim representada:

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a fornecedores (a)	35.768	274.118
Adiantamento a funcionários	12.391	8.307
	<u>48.159</u>	<u>282.425</u>

- a) Os serviços referente ao adiantamento realizado ao fornecedor foram devidamente realizados na obra da sede da Entidade. Entretanto, não foram emitidos os documentos fiscais para a adequada comprovação perante os órgãos fiscalizadores competentes. A Entidade vem requerendo a emissão desses documentos via judicial e aguarda a decisão para a devida baixa dos referidos recursos.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/ COMPENSAR

Os saldos de tributos a compensar estão assim compostos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	8.872	5.710
	<u>8.872</u>	<u>5.710</u>

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos de depósitos judiciais correspondem ao depósito recursal de natureza trabalhista contra a Entidade. No exercício de 2018 houve o julgamento do pleito a favor da Associação Unificada de Recuperação e Apoio e respectivo resgate do valor:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos judiciais	8.960	-
	<u>8.960</u>	<u>-</u>

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 17 de abril de 2001 a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG doou terreno para a Entidade cujo objeto era exclusivamente a construção de um hospital voltado para o tratamento de crianças portadoras de câncer, denominado *Hospital do Câncer Infantil de Minas Gerais*, conforme Lei nº 436, de 5 de janeiro de 2001.

Com a construção do hospital em andamento a Prefeitura Municipal de Juatuba – MG entendeu que a Entidade não atendeu os prazos acordados para conclusão da obra e início das atividades e impetrou com o processo nº 0171969-48.2007.8.13.0407 cujo objetivo era reaver o terreno doado à entidade.

Por decisão judicial de abril de 2014, foi desmembrado o terreno sendo dividido em glebas ficando parte para a entidade e parte para a prefeitura de Juatuba – MG. Assim a entidade tomou posse do terreno e da construção que estava sendo construída. Ainda no exercício de 2014, por decisão dos conselheiros em Assembleia Geral, foi definida a futura negociação do terreno e suas respectivas edificações.

Esta propriedade para investimento foi avaliada pelo seu valor justo conforme Laudo de Avaliação Patrimonial realizada por perito independente conforme premissas de mercado.

No exercício de 2017 o perito independente formalizou documento que consta inalterado os valores de mercado do terreno e edificações em comparação com 2016.

O saldo referente à propriedade para investimento estão assim compostos:

	31/12/2017	31/12/2016
Terreno Gleba 04 - A1	1.224.308	1.224.308
Terreno Gleba 04 - A2	2.175.692	2.175.692
Edificações	2.910.000	2.910.000
	<u>6.310.000</u>	<u>6.310.000</u>

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Entidade e está demonstrado como segue:

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Baixas	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e Utensílios	10% a.a.	398.963	-	27.315	-	426.278
Veículos	20% a.a.	164.000	-	50.151	-	214.151
Computadores e periféricos	20% a.a.	113.048	(658)	3.117	-	115.507
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	63.677	-	3.775	-	67.452
Edificações	25% a.a.	-	-	984.121	4.135.903	5.120.024
Imobilizado em andamento	-	4.146.018	(10.115)	-	(4.135.903)	-
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	-	5.848
		4.891.553	(10.773)	1.068.479	-	5.949.259
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(137.034)	-	(40.885)	-	(177.919)
(-) Deprec. Veículos		(164.000)	-	-	-	(164.000)
(-) Deprec. Computadores		(104.509)	-	(11.459)	-	(115.968)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(29.326)	-	(6.603)	-	(35.929)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(4.093)	-	(585)	-	(4.678)
(-) Deprec. Edificações		-	-	(173.102)	-	(173.102)
		(438.962)	-	(232.634)	-	(671.596)
		4.452.591	(10.773)	835.845	-	5.277.663